

ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PROAD 2179/2024

Data e horário: 24 de abr. de 2026 11:00 BRT

Local: Telepresencial





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES			
PORTARIA GP.TRT4 Nº 289, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2026			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ana Luiza Barros de Oliveira	Magistrada	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Anne Schwanz Sparremberger	Magistrada	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Cristina Bastiani	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gilberto Destro	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Laura Antunes de Souza	Magistrada	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Marcelo Caon Pereira	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Marcelo Papaléo de Souza	Magistrado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Patrícia Dornelles Peressutti	Magistrada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial

Secretário: Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.

PAUTA

1. Relatório de Atividades da DPP em março e abril de 2026
2. Cursos
3. Convênios
4. Radar da Distribuição
5. Assuntos gerais





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial e secretariada pelo servidor Elton Luiz Decker. Além do coordenador do NPP, estiveram presentes na reunião os magistrados Cristina Bastiani, Gilberto Destro, Marcelo Caon Pereira, Marcelo Papaléo de Souza e Patrícia Dornelles Peressutti. Justificaram sua ausência as magistradas Ana Luiza Barros de Oliveira, Anne Schwanz Sparremberger, Laura Antunes de Souza e o magistrado Paulo Roberto Dornelles Junior. No primeiro ponto de pauta, o servidor Elton Luiz Decker apresentou o **Relatório de Atividades da DPP em março e abril de 2026 (1)**, destacando a consolidação da ferramenta automatizada PEPE, que registrou, até 23 de abril, um total de 1.053 pesquisas solicitadas e 1.048 entregues, mantendo uma média de aproximadamente 216 solicitações mensais. Em termos de evolução tecnológica, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (SETIC) está desenvolvendo o "Sistema de Investigação Patrimonial", o SIPEP, para absorver as funcionalidades do PEPE, já tendo concluído as integrações com o INFOCONV, CENSEC e Transparência Federal, enquanto as consultas ao SISBAJUD encontram-se em fase de testes. No que tange às pesquisas avançadas, a unidade concluiu dois relatórios no segundo bimestre de 2026 e segue atuando na investigação complementar de 74 execuções reunidas que tramitam no Juízo Auxiliar de Execução (JAE), cujos dados sensíveis são disponibilizados a magistrados e servidores via portal VOX mediante termo de sigilo. A DPP tem adotado novas metodologias para acelerar a conclusão de seus relatórios, incluindo o uso de ferramentas de Business Intelligence como o Power BI e o emprego de inteligência artificial através do Chat-JT e Notebook LM, além de intensificar a busca de dados no PJE para identificar co-responsáveis e evitar diligências infrutíferas. O Desembargador Janney Camargo Bina sugeriu que esta iniciativa





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

fosse incorporada aos sistemas desenvolvidos pela SETIC, seja o "Sistema de Investigação Patrimonial", o SIPEP, ou mesmo a Ferramenta de Apoio à Execução, que já concentra informações oriundas do PJE. Na área de capacitação, está sendo estruturado um itinerário de formação junto à Escola Judicial sobre a interpretação de dados de investigação, somando-se às atividades do Grupo de Estudos de Pesquisa Patrimonial, que conta com 23 participantes e já realizou quatro encontros. No campo dos convênios, foram relatadas tratativas com a operadora VIVO, avanços para o acesso aos sistemas RENAGRO e SNCR/Incrá, e a retomada da cooperação com o TRT 12 para uso da ferramenta de geolocalização VERITAS. Por fim, ressaltou-se a operação do aplicativo RADAR, lançado em dezembro de 2025, que recentemente identificou um volume atípico de 558 ações trabalhistas ajuizadas contra uma única empresa de vigilância. Em relação ao ponto **CURSOS (2)** e atividades de formação, a Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP) deverá adaptar um projeto, originalmente concebido em seis módulos híbridos, para o formato de "**itinerário de formação**" sugerido pela Escola Judicial. Este novo formato consistirá em palestras online com duração de 2 horas cada. Como parte dessa adequação, o setor está em busca de **palestrantes qualificados** para cada uma das atividades previstas no itinerário. Os integrantes do Grupo de Estudos Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial planejam propor à Escola Judicial que o **repositório de informações sobre boas práticas** em investigação e execução trabalhista do Grupo de Estudos Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial, cujo link atual está localizado no sítio da escola judicial (Grupo de Estudos Aspectos Práticos de Pesquisa Patrimonial no link a seguir reproduzido <https://sites.google.com/trt4.jus.br/spp-repositorio-interno/in%C3%ADcio?pli=1> seja tornado mais visível e que seu conteúdo seja devidamente atualizado. Esta iniciativa visa espelhar modelos de sucesso, como o Banco de Despachos de Execução Trabalhista do TRT da 5ª Região. A Juíza Cristina Bastiani consultou ao Coordenador se é possível divulgar as boas práticas, pelo que foi respondido que esta é uma das funções do Núcleo de Pesquisa Patrimonial, sempre dando ciência aos magistrados, servidores e operadores da justiça do trabalho das





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

ferramentas disponíveis para a investigação de bens e pessoas. Neste item, foi levantada a preocupação pela Juíza do Trabalho Patricia de que se busque gestionar que as informações da execução sejam encontradas em local de maior relevância nos portais interno e externo no TRT4. Por fim, em relação ao tema da ferramenta **RADAR DA DISTRIBUIÇÃO (3)**, que permite realizar pesquisas dos processos ajuizados em todo o tribunal, ou por unidade e região específica, com a utilização de filtros para delimitar o número mínimo de processos distribuídos necessários para gerar um monitoramento, o servidor Elton Luiz Decker informou que, recentemente, o RADAR permitiu que a Secretaria de Inteligência Judiciária (SIJUD) emitisse um alerta a todas as unidades judiciárias da capital e interior e também ao Juízo Auxiliar de Execução sobre um caso com volume atípico de ajuizamento de ações em um breve período de 558 processos contra uma única empresa de vigilância. Como resultado, o Juiz do Trabalho Marcelo Caon Pereira informou que, após reunião do CITAR ocorrida hoje pela manhã, deliberou-se que a atuação do JAE em face das ocorrências do Radar da Distribuição será a de elaboração de um relatório de pesquisa patrimonial (na sua forma expressa/compacta) para ser distribuído a todos os juízos que receberam a comunicação da SIJUD. Esse relatório precisa conter: a) endereços da empresa (onde pode ser encontrada); b) patrimônio da empresa (num primeiro momento veículos, imóveis e eventuais contratos com poder público para terceirizadas); c) sócios atuais e retirantes, com endereços e eventuais participações em outras sociedades; d) possíveis vínculos da devedora com outras empresas; e) possível presença de sócios ocultos, da qual faz parte. Concluído este relatório, o Juízo Auxiliar de Execução o encaminhará para as unidades judiciárias da capital e interior para subsidiar eventual atuação acautelatória do juízo natural. Tendo em vista que são poucas as situações em que o Radar é acionado, os presentes irão avaliar se é oportuno promover a divulgação deste procedimento. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 12h15.





ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

ENCAMINHAMENTOS			
Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Encaminhar curso na Escola Judicial sobre o itinerário de formação voltado para a Interpretação de dados das ferramentas de pesquisa	DPP	28/05/2026	
Verificar junto à comunicação social e Escola Judicial a situação das informações sobre Execução e Pesquisa Patrimonial	DPP	28/05/2026	
Auxiliar a Corregedoria na realização de novos convênios	DPP	22/06/2026	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.

